

**O perverso atual governo despreza os que menos ganham
Piso Regional é o mínimo**

No último ano, o PIB gaúcho cresceu 10,4%, portanto, acima do registrado nacionalmente que foi 4,6%. Foi o 4º estado com maior volume de arrecadação de tributos estaduais (ICMS, IPVA, ITCD e outros) com total de R\$ 51,3 bilhões arrecadados, crescimento de 26,7%. E as despesas não foi problema, fechou o ano com superavit de 2,5 bilhões.

Esses resultados se traduzem em melhoria das condições de vida da população local? Não.

O resultado do PIB foi fortemente influenciado por um setor - a agropecuária, que cresceu 67,5% - puxada em especial pela produção de soja, que registrou alta de 80,8% e, de trigo (68,5%). A Indústria cresceu 9,7% e os Serviços 4,1%. O problema dessa composição é que a soja por exemplo, não desenvolve elos produtivos nem dentro dela mesma nem com outros setores. O agronegócio pode gerar aumento de complexidade produtiva só se os tratores, os químicos, as plantadeiras e colheitadeiras forem produzidas, se a agricultura importar as máquinas e químicos são poucas pessoas empregadas para dirigir o trator, a colheitadeira. Tem que produzir as máquinas, os fertilizantes ou algo mais complexo que não seja a soja ou trigo. A indústria oferta melhores empregos (formais e mais bem remunerados).

Ao final de 2021, 500 mil pessoas estavam em busca de um trabalho no estado. E entre os que já tinham um, de acordo com a PNADc/IBGE, tiveram redução no rendimento médio real de -7,4%, ou seja, mesmo com novos entrantes no mercado de trabalho gaúcho, o resultado foi de queda da massa salarial (-1,7%).

Servidores públicos do estado contribuem para puxar essa média para baixo. Sem reposição da inflação desde 2015, já tiveram seus salários reduzidos em mais da metade, uma vez que a inflação desse período já ultrapassou 50%, e, isso mesmo considerando a revisão geral de 6% concedida em 2022 - ao mesmo tempo em que veem um aumento sobrenatural da carga de trabalho, já que se trata de não repor a inflação e nem pessoal.

Servidores de escola, aqueles que cuidam da limpeza, da alimentação e todas as áreas de apoio na educação estão entre os servidores que menos ganham dentro da estrutura salarial do estado. Muitos desses não receberam nem a revisão geral (6%) devida a todos em 2022, isso porque seu salário é tão defasado que mensalmente lhes é pago um completo até atingir o salário-mínimo regional (bruto de R\$ 1.419,86) para carga horária integral de 40 horas semanais. O reajuste de míseros 6% foram abatidos do completo. E, isso, sem contar que o governo apura o valor do completo descontando avanços, vantagens e gratificações como o adicional de local de exercício etc. -, o que é uma aberração.

Considerando a tabela salarial dos servidores de escola, dos 30 enquadramentos diferentes que pode estar um servidor, 22 posições estão abaixo do Piso Regional. 13 mil servidores no estado recebem vencimentos abaixo do Piso, 91% destes estão lotados na Secretaria da Educação.

O PIB do estado pode ter aumentado, arrecadação teve bom desempenho, as contas públicas fecharam no azul, mas a renda média do trabalhador caiu (no setor público e privado) e o governador contribuiu para isso.

Teve uma época em que os mais ricos investiam em empregos e produção e dividiam os excedentes com os trabalhadores. Hoje em dia, ou optam por aplicar no mercado financeiro ou escondem seu dinheiro em paraísos fiscais, sonegando impostos. Nessa esteira está a importância de um salário-mínimo que introduz um ponto de vista moral na formação dos preços e está relacionado ao valor que se dá ao trabalho.

O atual governo, por longos 3 anos brigou contra o piso regional, na contramão do que fez demais estados do Sul do Brasil. Somente ao final de 2021, concedeu 5,53% sobre os salários daqueles que menos ganham no estado (seja do setor público ou privado), mesmo sabendo das perdas do poder de compra causado pela forte aceleração dos preços dos alimentos da cesta básica, do gás e da energia elétrica nos últimos dois anos que acumulam altas acima de 35%.

O projeto em curso, cooptado pela classe patronal organizada que entende que o piso regional provoca inflação, desemprego e que deve acabar, ignora o desalento dos trabalhadores e evidências científicas.

Em 2021, estudo com evidências robustas sobre os efeitos positivos de um aumento no salário-mínimo foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia. No início da década de 1990, David Card da Universidade da Califórnia se uniu a Alan Krueger da Universidade de Princeton, em uma pesquisa inovadora, compararam cidades fronteiriças no estado de Nova Jersey, que aumentou o salário-mínimo, e do estado vizinho da Pennsylvania. Foram pesquisados 400 estabelecimentos, que costumam remunerar largamente trabalhadores com base no salário-mínimo. O objetivo era verificar se o incremento do desse impactaria negativamente no nível de empregos, como previa a teoria ortodoxa. O que Card e Krueger encontraram foi que não há indicação de que o aumento do mínimo reduza postos de trabalho ou aumente os preços ao consumidor. Observaram ainda que nos Estados Unidos um aumento do salário-mínimo elevou o salário médio e reduziu as disparidades salariais, produzindo uma compressão das diferenças na parte inferior da pirâmide de distribuição e uma redução na desigualdade salarial.

Se a economia estiver crescendo, o emprego tenderá a aumentar mesmo com o aumento dos salários. Além disso, em um mercado de trabalho cada vez mais desestruturado, informal e desigual, a valorização de um piso resulta em elevação do nível salarial nos mercados de trabalho “secundários” (trabalhadores informais, trabalhadores independentes etc.), ou seja, os mais dependentes de políticas públicas.

Diante da dificuldade de negociação com o governo e a urgência de amenizar, em parte, as perdas do poder de compra causado pela forte aceleração dos preços (em especial dos itens essenciais), as Centrais Sindicais de Trabalhadores, reivindicam reajuste de 15,58%. Se o atual governo se preocupasse com a educação e com os que menos ganham (no setor público e privado) o Piso Regional já teria sido aprovado.